



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



RACI

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO IDEAU

ISSN 1809-6212

Vol.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

Artigo:

**POLÍTICA AMBIENTAL: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO
AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS**

Autores:

Daniele Dall'Agnol Zancanaro ¹

Josiane Gasparetto ²

Ledani Zamban ³

Milena Berthier Bandeira ⁴

¹ Graduada em Administração - Faculdade IDEAU, Getúlio Vargas – RS - danydallagnol@hotmail.com

² Graduada em Administração - Faculdade IDEAU, Getúlio Vargas – RS - josigasparetto@hotmail.com

³ Graduada em Administração - Faculdade IDEAU, Getúlio Vargas – RS - leda.zamban@hotmail.com

⁴ Mestre em Turismo – Universidade de Caxias do Sul/UCS – Caxias do Sul, RS - Coordenadora do Curso de Graduação em Turismo – Faculdade IDEAU, Getúlio Vargas, RS - miberban@gmail.com

POLÍTICA AMBIENTAL: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo identificar em que medida Estado, empresas e comunidade conhecem e praticam ações de responsabilidade ambiental no município de Getúlio Vargas/RS. Com base nos resultados obtidos foram sugeridas ações de preservação ambiental que possam vir a auxiliar a administração pública municipal no que diz respeito às políticas de meio ambiente. Para tanto foram realizadas entrevistas com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como com representantes de empresas da cidade e, ainda, aplicado um questionário junto aos moradores de Getúlio Vargas/RS a fim de atender ao objetivo proposto. A pesquisa, de caráter exploratório, teve resultados quantitativos e qualitativos obtidos por meio de um levantamento de dados que, posteriormente foram tabulados e analisados. Como resultado, foi possível constatar que há uma preocupação por parte de todos os partícipes ouvidos para a realização da pesquisa, porém existindo ações isoladas em cada uma das partes, sem haver uma política que os interligue no objetivo comum de preservação dos recursos naturais existentes em Getúlio Vargas/RS.

Palavras-chave: Responsabilidade Ambiental; Estado; Empresas; Comunidade; Getúlio Vargas/RS.

Abstract: This research aimed to identify in which measure the public authorities, companies and community know and practice the environmental responsibilities actions in the municipality of Getúlio Vargas/RS. Based on the results obtained it has been suggested environmental preservation actions that can help the local public administration with regard to the environment policies. For that it was held interviews with the Executive, Legislative and Judiciary representatives, as well as with the companies representatives in the city and, furthermore, it was applied a questionnaire among Getúlio Vargas/RS residents in order to meet the proposed aim. The research, of exploratory nature, had quantitative and qualitative results obtained through a data survey, that were later tabulated and analyzed. As a result, it was possible to see that there is a concerning for all participants listened to conduct the study, but there are isolated actions in each of the parts, without having a policy that link them in the common goal of preserving the natural resources existed in Getúlio Vargas/RS.

Keywords: Environmental Responsibility; Estad; Companies; Community; Getúlio Vargas/RS.

1 INTRODUÇÃO

A elevada intervenção do ser humano sobre os recursos naturais se mostra cada vez mais preocupante, visto que o homem necessita desses recursos para manter sua sobrevivência. São inúmeros os casos de abuso contra a natureza provocando um forte impacto ambiental que atinge diretamente o equilíbrio ecológico, a biodiversidade e a espécie humana.

Levando em consideração que a maior parte da população brasileira vive na cidade e os problemas ambientais são mais intensos nessas localidades, destaca-se a alta contribuição das empresas, grandes consumidoras de recursos naturais. Em vista disso, a responsabilidade ambiental empresarial, numa dimensão mundial, adquire cada vez mais importância uma vez

que, paralelamente, destacam-se aquelas que são apontadas como social e ambientalmente responsáveis.

Neste contexto, aponta-se o Setor Público como fundamental protagonista no processo de responsabilidade social e ambiental. É importante destacar que o mesmo necessita fornecer informações e programar ações voltadas à preservação do meio ambiente por meio de políticas públicas que venham a estimular as empresas a desenvolverem projetos de responsabilidade social e ambiental, desde o processo de desenvolvimento, produção, entrega até o descarte do produto. Além disso, determinadas ações podem vir a contribuir com a conscientização da própria população que poderá, quem sabe, escolher os produtos que consome tomando como referência as empresas ambientalmente corretas.

A necessidade da implantação de políticas ambientais nos municípios é fundamental para o desenvolvimento dos mesmos. Antes de propor qualquer ação nesse sentido, faz-se necessário verificar que práticas e compreensões fazem parte do universo dos atores envolvidos no processo. Com base nessa premissa, esse trabalho buscou identificar em que medida o Estado, empresas e a comunidade conhecem e praticam ações de responsabilidade ambiental no município de Getúlio Vargas/RS?

Conforme a Constituição da República é de incumbência do Estado, “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente” (Art. 225, § 1.º, V). Entendendo que o Estado se coloca preocupado com a questão ambiental e manifesta o reconhecimento da importância da implantação de políticas públicas ambientais para o Município, que este artigo apresenta de forma resumida os resultados de pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Administração com ênfase em Marketing da Faculdade IDEAU. Buscou-se em primeira instância oferecer um diagnóstico das ações ambientais desenvolvidas ou não no município de Getúlio Vargas/RS. A partir da coleta de dados junto às empresas e comunidade e os resultados obtidos com esta pesquisa, com base em experiências bem sucedidas e com base em referencial teórico, sugere-se algumas ações de política ambiental para uma possível adoção por parte da Administração Pública Municipal de Getúlio Vargas/RS.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

O diagnóstico sobre as questões ambientais no município de Getúlio Vargas/RS foi dado de maneira ampla. A intenção foi verificar como Estado, empresas e comunidade

compreendem e contribuem – ou não – para a preservação do meio ambiente no Município, identificando os pontos fortes e fracos da atuação desses partícipes. Para tanto foram ouvidos representantes do Estado – Executivo, Legislativo, Judiciário –, bem como representantes de empresas existentes no município há mais de 10 anos e com mais de 70 funcionários, e uma amostra aleatória de moradores de Getúlio Vargas/RS, somando 125 pessoas que representam 0,78% da população que, de acordo com o Senso realizado pelo IBGE em 2007 é de 15.961 habitantes.

Para realizar esse estudo, além da revisão bibliográfica – que aqui será apresentada de forma resumida e breve –, ferramentas como entrevistas e questionários foram aplicados como forma de levantar as informações necessárias para atender aos objetivos específicos propostos. O estudo levou em consideração os diversos segmentos da sociedade, para que assim fosse possível analisar a situação de questões ambientais e conseqüentemente a adoção de ações que possam vir a compor uma política ambiental no município de Getúlio Vargas.

A coleta de informações se deu de forma direcionada a cada público selecionado. Assim, para o Estado foram estruturadas entrevistas e direcionadas para cada representação do poder no município. Quanto às empresas, estas foram abordadas de forma igual a partir de uma entrevista estruturada. Por fim, a comunidade respondeu a um questionário que foi elaborado com perguntas de múltipla escolha e, em alguns casos específicos, com solicitação de justificativas para as respostas apresentadas.

Ao passo que os dados foram coletados, foi feita a análise das respostas das entrevistas realizadas. Dessa maneira, ao se compreender a realidade em função da execução ou não de projetos de responsabilidade ambiental, a percepção da população, de autoridades, empresários, foi possível elaborar uma proposta de ação de gestão ambiental.

Além da análise qualitativa das entrevistas, alguns dados levantados foram tabulados e quantificados para posterior análise. Com base nos resultados e análises específicas, também foi possível refletir de forma articulada, levando em consideração os três partícipes do processo.

3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

3.1 Breve revisão do referencial teórico

As questões ambientais estão em discussão nesse século numa proporção mundial, de alta relevância e deveriam ser tratadas com seriedade por todos os habitantes do planeta terra, visto que todos usufruem dos recursos oferecidos pelo mesmo. Trata-se de uma questão

preocupante, uma vez que exige não só a consciência da importância da preservação do meio ambiente, mas também da necessidade de agir em favor do mesmo.

O princípio da natureza pública da proteção ambiental é resultante da previsão legal que considera o meio ambiente como um valor a ser necessariamente assegurado e protegido para uso de todos. Isso significa que o reconhecimento do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não é resultado ou privilégio especial pertencente a uma pessoa, grupo ou classe de indivíduos privada, mas apenas do desfrute em comum e solidário do mesmo ambiente com todos os seus bens. Assim, Cristiane Derani explicita que

[...] não é possível, em nome deste direito, apropriar-se individualmente de parcelas do meio ambiente para consumo privado. O caráter jurídico de meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum do povo. Assim, a realização individual deste direito fundamental está intrinsecamente ligada à sua realização social (DERANI, 1997, p. 256).

O princípio não tem por objetivo tolerar a poluição mediante um preço, e também não se limita apenas a compensar os danos causados, mas sim, evitar o dano ao ambiente. O princípio estabelece como um de seus propósitos imporem ao poluidor e predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente.

Em função de resultados da avaliação do impacto ambiental realizados freqüentemente, pode-se perceber que a preocupação ambiental está adquirindo formatos gigantescos, pelo fato da extrema urgência e necessidade de se frear tais danos irreparáveis ao meio ambiente. Nesse sentido, observa-se que a preservação só será integralizada quando todo ser humano enxergar essa questão com os olhos na mesma direção, ou seja, quando entenderem a importância da preservação devido aos problemas que as gerações futuras poderão enfrentar em função da falta de tomada de atitudes nos dias de hoje. Não adianta termos desenvolvimento econômico, aumento de mercado, sem termos desenvolvimento social, e de que nada adianta termos os dois, sem que tenhamos um ambiente saudável, ecologicamente equilibrado. Busca-se um modelo de desenvolvimento que permita à sociedade a distribuição de seus benefícios econômicos, enquanto se assegura a qualidade ambiental para as gerações futuras. Esse é o novo paradigma e o objetivo central da Educação Ambiental é o chamado Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis, que atendem “as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (DIAS, 1998, p. 120).

Assim, uma empresa é socialmente responsável quando se preocupa com a cidadania e os direitos humanos, é ética e transparente, preocupa-se com o meio ambiente, cumpre suas

obrigações fiscais, gera empregos e financia projetos sociais e apóia ONGs. Dentro da preocupação com o meio ambiente, algumas organizações já estão implantando modelos de gestão à dimensão ambiental. Conforme, Maria Elisabeth Pereira Kraemer coloca no seu artigo que

Alguns setores já assumiram tais compromissos com o novo modelo de desenvolvimento, ao incorporarem nos modelos de gestão a dimensão ambiental. A gestão da qualidade empresarial passa pela obrigatoriedade de que sejam implantados sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais e devem iniciar o novo ciclo, onde a cultura do descartável e do desperdício sejam coisas do passado. Atividades de reciclagem, incentivo à diminuição do consumo, controle de resíduo, capacitação permanentes dos quadros profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, fomento ao trabalho em equipe e às ações criativas são desafios-chave neste novo cenário (KRAEMER, 2006, p. 4)

Nesse sentido, subentende-se que a gestão ambiental e a responsabilidade social, para que se desenvolvam de uma forma econômica, social e ecologicamente é preciso que existam profissionais e executivos nas organizações públicas e privadas, que incorporem tecnologias de produção inovadoras, regras de tomada de decisões estruturadas e demais conhecimentos que esse tipo de sistema necessita.

3.1.1 Estado, Empresas, Comunidade

As competências nas três esferas Federal, Estadual e Municipal são peças-chaves na realização dos objetivos almejados pela legislação que tutela o meio ambiente, provando a importância e a necessidade de uma relação harmônica entre os municípios, o Estado e o meio ambiente.

Segundo Paulo de Bessa Antunes, o Art. 2º do Direito Ambiental diz que

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana (ANTUNES, 2006, p. 15).

Baseado neste contexto existem princípios que regem a Política Nacional do Meio Ambiente, ou seja, ações governamentais na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas, entre outros.

Quando se fala em desenvolvimento econômico de um país o primeiro agente que vem a cabeça é sem dúvidas as empresas e organizações. Partindo delas temos avanços tecnológicos e a grande capacidade de geração de recursos faz com que cada vez mais precisem de ações cooperativas e integradas que possam desenvolver processos que tem como fundamento a responsabilidade social e ambiental.

Existem algumas organizações que vão além dos regulamentos legais ao reagir às preocupações fora os interesses econômicos da organização, isto é, procuram valorizar o bem-estar social global. Assim, denominam-se organizações pró ativas, onde certos valores devem ser apoiados independentemente de seus efeitos em outros valores, como interesses econômicos, ou seja, empresas que se baseiam na responsabilidade social corporativa.

Nesse sentido, Ashley fala que

O conceito de responsabilidade social corporativa, com forte conotação normativa e cercada de debates filosóficos sobre o dever das corporações em promover o desenvolvimento social, passou a ser acompanhado, na década de 1970, do termo responsabilidade social corporativa. A partir desse novo conceito já havia a necessidade de construção de ferramentas teóricas que pudessem ser testadas e aplicadas no meio empresarial. As perguntas passaram a ser sobre como e em que medida a corporação pode responder a suas obrigações sociais, já consideradas um dever da empresa (ASHELY, 2003 p. 51).

Assim, as empresas precisam criar uma visão de economia global sustentável, ou seja, por meio de estratégias e competências ligadas ao meio ambiente, e, claro, coerentes com os problemas de mercado, sobrevivência e de natureza. Dessa maneira as empresas devem assumir o papel de educadoras, direcionando a preferência dos consumidores por produtos e serviços consistentes com a questão da sustentabilidade. É de fundamental importância que as organizações consigam conciliar as dimensões econômicas, social e ambiental da sustentabilidade de modo a obter ganhos e benefícios.

De acordo com Genebaldo Freire Dias

Atitudes infames, repugnantes, torpes, inusitadas, bizarras, inesperadas, incompreensíveis, convivem com as outras mais convenientes e convencionas em um amálgama variável e inevitável da convivência em sociedades humanas. Essas manifestações, em sua maior parte, são os próprios produtos emergidos das entranhas dos sistemas, processos e modelos adotados pelo homem, muito dos quais permitem o acesso de poucos aos seus benefícios e submetem muitos aos seus custos (DIAS, 2004, p. 323).

Sendo assim, quando se trata de cidadania ambiental podemos questionar o dever de cada cidadão contribuir na preservação do meio ambiente. Principalmente, no ambiente local.

Pois, geralmente quando se fala em ambiente, imagina-se o ambiente que não seja o próprio, visto que as pessoas são por natureza individualista. Esse relacionamento entre a comunidade e os agentes deve-se tornar crescentemente igualitário, mediante a contínua troca de saberes.

Dessa maneira, a educação ambiental pode contribuir para uma futura sensibilização das pessoas, a percepção ambiental poderá ajudar na construção de metodologias para despertar nas pessoas a tomada de consciência frente ao ambiente e aos problemas ambientais. Unindo a percepção ambiental e a educação ambiental é possível realizar trabalhos com bases locais. Isto é, saber como os indivíduos com que trabalharemos percebem o ambiente em que vivem suas fontes de satisfação e insatisfações.

3.2 Apresentação dos Resultados

Para que os objetivos do trabalho fossem alcançados, fez-se necessário levantarem dados e informações relevantes à pesquisa. A seguir, seguem os resultados com breve análise de cada partícipe pesquisado e, posteriormente, uma reflexão global do universo pesquisado a partir da temática proposta.

3.2.1 Estado

Em relação às questões ligadas à política ambiental no município de Getúlio Vargas/RS, no que diz respeito ao Estado, foi realizada entrevistas com representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Quanto à proteção ambiental cada um dos poderes tem um papel a desempenhar. O Poder Executivo está incumbido de tarefas de licenciamento e controle das atividades que fazem uso dos recursos ambientais. Como representante desse poder, foi ouvido secretário municipal de Desenvolvimento Econômico no exercício de 2004/2008, Senhor Gelson Luiz Seminotti.

Com base nessa na entrevista concedida pelo Secretário, foi possível evidenciar que, no momento, não existem projetos de política ambiental no Município. Segundo Gelson Luiz Seminotti, a administração municipal pensa em ações que venham a contribuir para que o meio ambiente. No momento há um processo de Municipalização do Meio Ambiente, no qual está sendo organizado um Plano de Meio Ambiente, que contempla ações no sentido de preservar, conscientizar e fiscalizar a médio e em longo prazo.

O Secretário Gelson Luiz Seminotti explica que a coleta de lixo é terceirizada, e seu destino é um aterro sanitário que a empresa contratada tem no município de Marau/RS. Em

relação ao tratamento de água, no interior do município de Getúlio Vargas/RS é realizada nos poços artesianos do Município. Na área urbana o tratamento é feito pela CORSAN.

Com base na aquisição e descarte dos produtos ecologicamente corretos, o Município tem contrato com uma empresa que recolhe e destina os mesmos para os locais licenciados para esse fim. Um exemplo é o lixo produzido pelos postos de saúde. As empresas fornecedoras de agrotóxicos usados na agricultura fazem o recolhimento das embalagens posterior e destinam para os locais licenciados. No quesito relacionado às áreas de preservação, existe nos loteamentos uma área que é chamada Área Verde, na qual se busca a preservação do meio ambiente. Seminotti afirma que atualmente a Prefeitura não oferece nenhum incentivo fiscal às empresas ecologicamente corretas, porém, informa que no Plano do Meio Ambiente que está sendo debatido, é possível contemplar uma política de incentivo fiscal.

No Poder Judiciário, as perguntas foram entregues para a secretária da doutora Sônia Fátima Battistela, juíza de Direito. Tentou-se marcar um horário para ser realizada a entrevista, no entanto a Juíza respondeu a próprio punho. A representante do Judiciário alegou estar atarefada, sem condições de marcar um horário para a realização da entrevista.

As perguntas buscavam contemplar como o Poder Judiciário atua nas questões ligadas ao meio ambiente. Doutora Sônia salienta que há campanhas internas de conscientização dos servidores realizadas através do ECOJUS (Programa de Educação e Proteção Ambiental e Responsabilidade Social) e que perante a sociedade o trabalho maior é na repressão. Nas suas respostas, Sônia Fátima Battistela descreveu que a fiscalização por sua vez, não é feita pelo Poder Judiciário, mas pelo Poder competente para isso que é a PATRAM, através da Patrulha Ambiental.

A questão relacionada sobre possíveis registros de ocorrências no município de Getúlio Vargas/RS e como é feita a punição, doutora Sônia explica que existem casos de crimes ambientais que foram detectados pela patrulha ambiental e geraram ações judiciais, cuja punição deu-se na forma de lei, através de obrigação de reparar o dano, quando possível ou pena de multa para o Fundo de Meio Ambiente. As transações penais, de regra, são destinadas à PATRAM (Patrulha Ambiental) da Comarca. A verificação também é feita através da Polícia Ambiental que é o órgão competente para tanto.

Em relação à entrevista com o Poder Legislativo, os questionamentos foram deixados com a Secretária da Câmara de Vereadores, para um possível agendamento de horário com o Presidente da Câmara em exercício no período em que aconteceu a pesquisa, neste caso, o

vereador Domingos Borges de Oliveira. Alegando estar sem tempo para responder a entrevista pessoalmente, o Presidente repassou suas respostas para que a Secretária fizesse a digitação.

No que diz respeito à questão se existem projetos tramitando acerca do Meio Ambiente, o Presidente responde que “não”, uma vez que os Projetos de Lei Municipal ao Meio Ambiente já foram apreciados e votados. Citou as Leis que já foram aprovadas no Setor do Meio Ambiente, que são:

- Lei Municipal nº 3.826/07 de 28/12/2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 3.827/07 de 28/12/2007, que institui Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 3.828/07 de 28/12/2007, que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente do Município de Getúlio Vargas e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 3.923/08 de 05/11/2008, que institui ações e serviços de Vigilância Sanitária e Ambiental em Saúde (VISA).

O vereador diz que em relação a debates abertos à comunidade em Sessões da Câmara em assuntos ligados ao meio ambiente não acontecem, entretanto o espaço da Tribuna Livre é aberto para entidades e associações que queiram debater sobre o assunto. Tal espaço é sempre cedido na primeira Sessão Ordinária de cada mês.

3.2.2 Empresas

Buscando mais dados para dar subsídios concretos que auxiliassem no diagnóstico da situação ambiental no município de Getúlio Vargas/RS, foi realizada uma entrevista juntamente com sete empresas. Como critérios de seleção das empresas foram selecionadas as que possuem mais de 10 anos de instalações no Município e mais de 70 funcionários. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

A pesquisa mostra que 86% das empresas possuem ações voltadas a favor do meio ambiente, enquanto que 14% não tomam nenhum cuidado com o meio ambiente. As que possuem ações, o fazem por iniciativa própria. Os administradores possuem grande compromisso com a sociedade humana, estão preocupados com a escassez de água do planeta, com a possível falta de energia elétrica e desenvolvem ações visando à reutilização das sobras dos materiais utilizados nas empresas. Um exemplo disso são as grades de madeira

que são reaproveitadas e/ou encaminhadas para beneficiamento; sobras de PVC, embalagens metálicas, papéis, plásticos e outros materiais são encaminhados para reciclagem; as sobras de tinta são doadas a entidades beneficentes. Estas empresas sugerem como ação de proteção e preservação do meio ambiente a distribuição de sementes e mudas para reflorestamento e também pesquisas no desenvolvimento de materiais alternativos, menos poluentes.

Quando questionadas em relação à seleção de fornecedores, 83% dizem não possuir nenhum critério para a efetuação de uma possível compra. Para justificar essa resposta os entrevistados alegaram que os produtos utilizados pela empresa são de baixo valor não havendo, segundo os entrevistados, como exigir de seus fornecedores algum certificado. Também alegam que, normalmente, o que é levado em consideração é a qualidade e o custo dos mesmos. Uma pequena margem diz comprar apenas de empresas ambientalmente corretas, ou seja, de empresas licenciadas junto aos órgãos legais.

É possível observar que a grande maioria tem consciência de que possui produtos que agredem o meio ambiente, como o próprio lixo gerado, o pó que levanta pelo manuseio de sua matéria prima, a utilização dos próprios veículos (poluição do ar), produtos químicos utilizados na prestação de serviço, tintas e solventes, efluentes líquidos e sólidos, porém, segundo os entrevistados, esses produtos são tratados antes de serem lançados no meio ambiente. A pesquisa mostra um problema de grande relevância, pois 71% fazem a seleção do lixo gerado na empresa, mas a falta de estrutura da empresa terceirizada que faz o recolhimento dos mesmos não realiza a coleta seletiva anulando assim o serviço feito na empresa.

Foi pedido que citassem três problemas ambientais que a empresa julga existir no Município. Como resposta obteve-se:

- A poluição do rio que corta a nossa cidade, onde existem muitas garrafas plásticas;
- A maioria das empresas e casas da cidade não possui estação de tratamento corretos para a não poluição e o despejo dos dejetos (resíduos industriais e esgotos domiciliar) são largados diretamente nos rios sem o devido tratamento;
- Citado várias vezes a falta de coleta de lixo seletiva;
- Investimento cultural para preservação do meio ambiente;
- Aproveitamento de lixo selecionado.

E por fim, foi solicitado que as empresas apontassem idéias para serem executadas junto ao município para melhor utilização do meio ambiente. Como respostas surgiram idéias como:

- Campanha nas escolas, nas turmas de base, pois bons hábitos se aprendem desde a infância;
- Plantio de uma árvore para cada pessoa nascida na cidade;
- Municipalizar o Meio Ambiente, para as ações de fiscalização e licenciamentos mais ágeis;
- Coleta seletiva de lixo, conscientização para preservação dos rios, tratamento dos esgotos antes de serem lançados nos rios;
- Mais informação por parte da prefeitura sobre a localização de áreas aonde as empresas poderiam tomar providencias de reflorestamento para reduzirem seus passivos ambientais gerados por suas atividades.

3.2.3 Comunidade

Na pesquisa feita na comunidade de Getúlio Vargas/RS, foram ouvidas 125 pessoas, todas alfabetizadas e sem possuir propriedade de empresas particulares. Além disso, a pesquisa foi realizada em diversos bairros da cidade e selecionadas pessoas com idade superior a 21 anos e inferior a 60 anos com mais de 10 anos de residência fixa no município de Getúlio Vargas/RS.

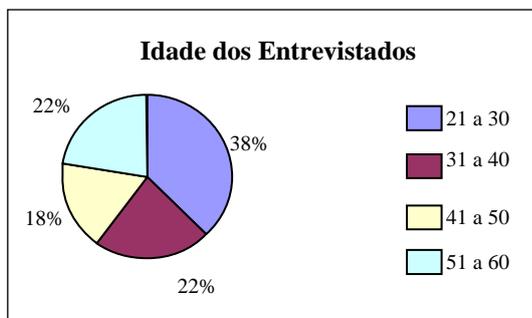


Gráfico 1: Idade dos Entrevistados
Fonte: Dos autores da pesquisa.

Do público entrevistado, 70% é do sexo feminino e os outros 30% restante representam o público masculino. Quanto à escolaridade, 35% dos entrevistados possui o ensino fundamental, 31% possuem o ensino médio, 24% superior incompleto e apenas 10% o ensino superior completo.

Em relação ao nível econômico dos habitantes do município de Getúlio Vargas/RS ouvidos na pesquisa, conforme analisado a maior parte dos entrevistados possuem uma renda familiar de até cinco salários mínimos, representando 46% do total. E, outra parcela de

grande relevância foi 39% dos entrevistados com renda familiar de apenas dois salários mínimos. Outro resultado foi que 10% dos entrevistados alegam possuir uma renda familiar de 10 salários mínimos e 5% uma renda familiar com mais de 10 salários mínimos.

Outro requisito solicitado nas entrevistas em função do tempo de residência no município de Getúlio Vargas/RS também foi atendido. Pode-se concluir que 36% dos entrevistados possuem moradia fixa entre 10 e 20 anos no município, 31% estabelecem aqui entre 21 a 30 anos, 18% dos entrevistados fixam residência há mais de 41 anos e 15% vivem na cidade entre 31 a 40 anos.

Foi perguntado sobre a importância da preservação ambiental e, pode-se perceber que 82% dos entrevistados responderam que a preservação ambiental é fundamental. Além disso, 16% dos entrevistados afirmam que consideram importante a preservação ambiental, porém não se envolvem com ações efetivas de preservação. Assim, 2% dos entrevistados responderam que a preservação ambiental é problema de gerações futuras e nenhum entrevistado indicou que não se preocupa com a mesma.

Outro questionamento feito foi em função de quem realmente possui a responsabilidade da preservação ambiental. Assim, 58% dos entrevistados colocaram que a responsabilidade da preservação do meio ambiente é da sociedade em geral, 41% acham que a responsabilidade é dos cidadãos, 1% acreditam ser das empresas e ninguém afirma que a responsabilidade da preservação é apenas do Estado.

Verificou-se que 51% dos entrevistados afirmam possuir no local de trabalho alguma ação de gestão ambiental e outros 49% restantes dizem que nos seus locais de trabalho não é feito nada em função da preservação do meio ambiente.

Além dos dados acima relacionados, foi procurado verificar o conhecimento dos entrevistados sobre o significado de expressões como “materiais não degradáveis” e “extração não renovada”. Constata-se que 55% dos entrevistados dizem entender o significado dos mesmos e 45% afirmam desconhecer o significado dos termos.

Em relação às atividades de preservação que os entrevistados dizem executar, a maior parte, com 24%, dizem evitar o desperdício de água e exigem a preservação dos recursos hídricos. São 23% os que afirmam fazer a separação do lixo assiduamente, 21% reduzem o desperdício dos recursos naturais, reaproveitam e reciclam materiais, 20% plantam árvores, 8% economizam os recursos naturais e 4% utilizam o álcool bi combustível como forma de contribuir com a preservação do meio ambiente. Além disso, verificou-se que 87%

dos entrevistados afirmam que desconhecem ações de preservação desenvolvidas pelo Estado e 13% dizem ter conhecimento e lembram ações já desenvolvidas.

3.3 Análise dos Dados

3.3.1 Estado

Após a realização das entrevistas com representantes dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, percebe-se que estes estão preocupados e conscientes da importância deste assunto, sendo que os mesmos estão buscando alternativas, através de leis, punições e trabalhando a conscientização da comunidade em geral, para que todos possam contribuir de uma maneira ou de outra na preservação do meio ambiente.

Em relação ao Poder Executivo, existe um departamento responsável pelo meio ambiente, sendo que em 28 de dezembro de 2007 foi aprovada a Lei Municipal nº 3.826, que dispõe sobre a criação do Conselho do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente. A mesma está em processo de municipalização, para assim ser organizado um Plano de Meio Ambiente, que vai propor ações no sentido de conscientizar e preservar a médio e longo prazo.

Atualmente pode-se dizer que tudo está em processo inicial, sendo que até então existia só o Departamento do Meio Ambiente. Mas pode-se analisar que o Poder Executivo está buscando formas de amenizar os problemas ambientais, terceirizando os serviços de coleta de lixo, recolhimento de produtos ecologicamente corretos, enfim, buscando e construindo soluções juntamente com a comunidade. A prefeitura terceirizou a coleta, porém a coleta é reclamação das empresas que entendem que por não ser uma coleta seletiva prejudica o processo.

Analisando as respostas do Poder Judiciário, pode-se ressaltar que o mesmo trabalha com campanhas internas de conscientização com os servidores, porém pelo fato da indisponibilidade do entrevistado Poder Judiciário não questionamos quais são essas campanhas de conscientização citada na entrevista descrita pela juíza. Essas campanhas demonstram assim a preocupação e a relevância dada ao assunto. Ficou claro na entrevista, que existem punições na forma da lei gerando ações judiciais para casos de crimes ambientais, tendo estes que reparar o dano causado quando possível ou Pena de Multa para o fundo do Meio Ambiente. Porém, o Poder Judiciário entra em ação após a fiscalização feita pelo município através da Patrulha Ambiental.

No Poder Legislativo por sua vez, pode-se analisar que em relação aos Projetos de Lei encaminhados para a Câmara de Vereadores, de questões referentes ao Meio Ambiente todos foram apreciados e votados. Avalia-se que não existem debates aberto a comunidade em sessões da Câmara, mas que, no entanto é disponibilizado o espaço da Tribuna livre o qual é aberto à comunidade, entidades e associações que gostariam de debater assuntos referentes a seus interesses. Porém, verificou-se que 17,87% dos entrevistados desconhece o trabalho feito pelo Estado. Então, questiona-se: problema de quem? Desinteresse da população, indiferença do poder legislativo em chamar a comunidade para debate?

3.3.2 Empresas

Diante dos resultados obtidos mediante aos dados coletados junto às empresas, tem-se subsídios importantes para esse trabalho. Nota-se que a maioria das empresas possui ações a favor da preservação do meio ambiente, todas tomadas por iniciativas próprias.

Quando analisadas as respostas referentes ao compromisso com a sociedade humana, as empresas estão muito preocupadas com a preservação da água no planeta, a energia elétrica, e o reaproveitamento dos materiais utilizados por elas.

Com relação à seleção de fornecedores, as empresas não possuem critério para selecioná-los, grande maioria tem consciência de que possui produtos que agridem ao meio ambiente, porém os mesmos são tratados antes de serem lançados no meio ambiente. O grande problema que entrou em questão foi referente à seleção do lixo gerado nas empresas, a maior reclamação foi à falta de estrutura da empresa terceirizada que realiza a coleta dos mesmos, pois não faz a coleta seletiva anulando assim o serviço realizado por elas.

A grande contribuição das empresas foram as sugestões dadas quanto às ações que podem ser desenvolvidas no município com vistas a preservação do meio ambiente. Entre elas estão campanha nas escolas, plantio de árvores, municipalização do meio ambiente, coleta seletiva de lixo, conscientização para preservação dos rios, tratamento dos esgotos antes de ser lançada nos rios, maior informação por parte da prefeitura de áreas aonde as empresas poderiam tomar providências de reflorestamento. Exceto a questão da municipalização, que envolve política e relações político-partidárias, as demais exigem apenas vontade e iniciativa, portanto, sem desculpa. E também não precisam esperar que a prefeitura faça isso.

3.3.3 Comunidade

Com base nos dados coletados, Getúlio Vargas/RS mostra-se jovem, não só pela faixa etária dos entrevistados, mas também pelo tempo de residência das pessoas na cidade. Isso mostra que, em tese, a cidade ainda não apresenta os grandes problemas que assolam as metrópoles, mas que se não houver uma ação de prevenção isso pode vir a acontecer um dia. Então, essa “jovialidade” deve ser encarada como “gás” para agir enquanto é tempo. Questiona-se a resposta do povo, quando não inclui com relevância o Estado como responsável pelo meio ambiente. Isso pode significar que abre-se mão de água tratada, esgoto, áreas verdes públicas, coleta de lixo, etc. Aliás, 23% da população diz que separa lixo, porém não há coleta seletiva no município.

A baixa escolaridade se reflete no desconhecimento dos termos ligados ao meio ambiente, ou ainda desinformação sobre o que seriam as ações de preservação. E se o povo desconhece as ações do Estado prova que ele não pensa que a responsabilidade de preservação do meio ambiente é de todos.

No entanto, deve-se levar em consideração que as pessoas quando questionadas sobre as ações de preservação ambientais politicamente corretas que desenvolvem, nem sempre fazem aquilo que dizem, portanto, não há uma constatação de que as ações realmente existam. Os dados mostraram que 88% dos entrevistados contribuem individualmente com atitudes de preservação, o que aparenta ser um número muito alto e que para ser melhor avaliado há a necessidade de aprofundar a investigação.

Além disso, foi respondido pelos entrevistados que a responsabilidade da preservação ambiental é principalmente da sociedade em geral e logo em seguida aparece os cidadãos como segundo colocado no quesito de responsabilidade com o meio ambiente. Poucos acreditam que a responsabilidade seja das empresas e das suas ações feitas em prol ou contra o meio ambiente.

Conforme os dados praticamente a maioria dos entrevistados dizem que em seus locais de trabalho exista algum tipo de preservação ambiental, enquanto outros afirmam que a empresa em que trabalham não possui nenhum tipo de ação que desenvolvam em benefício do meio ambiente e da preservação dos recursos naturais. É importante ressaltar que algumas delas usam como matéria-prima, recursos providos pela natureza.

Outros dados apontados foram quais as ações que os indivíduos que dizem contribuir com a preservação ambiental realmente fazem, como por exemplo, separação do lixo, economia dos recursos naturais, evitar o desperdício de água, utilizar álcool biocombustível,

plantam árvores, reduzem desperdícios, reaproveitam e reciclam. É evidentemente que analisando a situação ambiental da cidade e do planeta em si, que tais dados não são realmente verídicos.

Por fim, foi analisado se a população entrevistada tem conhecimento se algum momento o Estado do município promoveu alguma ação em prol do meio ambiente e que envolvesse a população em geral num todo. A resposta foi não, pois não há fontes e nem indícios de ações de gestão ambiental no município.

3.4 Sugestões propostas para um Plano de Gestão Ambiental

Conforme o diagnóstico das ações desenvolvidas pela comunidade, pelo Estado e pelas empresas é visto que há a necessidade da implantação de um Plano de Gestão Ambiental desenvolvido pelo Estado do município de Getúlio Vargas/RS, para assim despertar o interesse e a participação das pessoas e também das empresas localizadas no próprio município.

Diante da necessidade da preservação ambiental precisa-se que todas as partes que formam o Município estejam unidas por esse mesmo ideal. Dessa forma, o Estado por meio de um Plano de Gestão Ambiental conseguirá implantar ações concretas para que todos participem.

Primeiramente o município terá que desenvolver um programa de inserção de seu novo projeto, no caso o Plano Ambiental. Propõe-se que seja aberto ao público as sessões da Câmara de Vereadores para que debatam sobre o plano, além de promover palestras de conscientização nas escolas, nas empresas e também a divulgação feita pelos meios de comunicação do Município. É importante que a relevância do projeto seja entendida por todos para que assim possam abraçar a causa.

Dessa maneira, propõem-se algumas ações de preservação ambiental que necessitam do envolvimento de todos os cidadãos para que a mesma seja eficaz. Seguem abaixo, algumas ações pensadas.

- Coleta Seletiva de Lixo;
- Sistema de abastecimento de água;
- Coleta, tratamento e disposição final de esgoto e resíduos sólidos;
- Arborização urbana;
- Adoção de áreas públicas;
- Licenciamento de vegetação em perímetro urbano;

- Aterro sanitário;
- Aquisição e descarte dos produtos ambientalmente corretos;
- Prêmio de contribuição social;
- Plantio de árvores;
- Cultivo de flores;
- Racionalização do consumo de papel e energia elétrica;
- Tratamento de afluentes;
- Conservação de áreas verdes e dos recursos naturais.

Além disso, propõe-se que as empresas que se destacarem nos projetos de preservação ambiental sejam isentas do pagamento de impostos ou então recebam incentivo fiscal, assim, terão seu nome pronunciado entre as empresas ecologicamente corretas. Além disso, os bairros que contribuírem e mostrarem resultados em ações de preservação será premiado com reformas em locais de lazer pertencentes ao bairro, doação de materiais de consumo e utensílios em geral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio aos grandes problemas ambientais que surgem no nosso dia-a-dia encontra-se a necessidade extrema de se tomar alguma providência. Acredita-se dessa forma, que novas alternativas oriundas de todas as partes e com envolvimento de todos os humanos se possa combater os efeitos causados pela devastação dos recursos naturais, tanto para contribuir com a vida humana hoje como para garantir a existência das gerações futuras.

Nos últimos anos, problemas de caráter ambiental agravaram-se de forma praticamente incontrolável, afetando em uma parcela total, a população e a economia. Faz-se necessário que o Estado e as empresas em geral também contribuam com a responsabilidade ambiental. Acredita-se que na união de forças entre o público e o privado consiga-se chegar a alternativas que se colocadas em prática minimizem ou até solucionem os problemas ambientais.

Levando em conta a gravidade e a urgência do caso, fez-se um diagnóstico da situação a partir da compreensão dos moradores do município de Getúlio Vargas/RS, das ações de preservação do meio ambiente realizadas pelas empresas da cidade e, ainda, o papel do Estado nesse processo de preservação dos recursos naturais. Ao tratar do tema junto aos partícipes da pesquisa acredita-se que houve, de certa forma, uma sensibilização das pessoas

em relação ao tema. Quando questionados, tiveram que pensar no problema e avaliar a questão a partir das suas atitudes – ou falta delas. Ouvir os vários atores envolvidos na pesquisa foi uma forma de “tocar” as pessoas para as questões ambientais. O fato de fazê-las parar para responder perguntas já possibilita que elas reflitam sobre suas ações e sobre o meio ambiente.

Com base nas informações geradas pelo diagnóstico, foi possível propor um Plano de Ação Ambiental para a Administração Pública do Município de Getúlio Vargas. No entanto, é preciso seguir um roteiro para o desenvolvimento de um Plano de Ação ambiental. Na versão completa dessa pesquisa, é possível conhecer o modelo NBR ISO 14.400⁵ usado como exemplo de roteiro para um Plano de Ação Ambiental. Dessa forma, consegui-se apresentar um modelo para o desenvolvimento de um plano de ação e proposto algumas ações de preservação ambiental que poderão ser introduzidas nesse plano.

A pesquisa contribui no sentido de que traz dados relevantes, aponta falhas e apresenta sugestões. Cabe ressaltar que embora a pesquisa tenha sido realizada durante uma gestão administrativa municipal, e que outra deverá assumir em 2009, essa idéia deve ser levada adiante, já que as questões ambientais são superiores as diferenças político-partidárias. Nota-se que a população precisa ser mais participativa e que as empresas, podem fazer parte de mercados competitivos por estar fazendo alguma coisa pelo meio ambiente, e que elas podem ser fonte de informação pra administração municipal na hora de propor ações de preservação. Assim, Getúlio Vargas/RS poderá se destacar entre os municípios do estado responsável ambientalmente, melhorando sua imagem e a estima do seu povo.

Como resultado, foi possível constatar que há uma preocupação por parte de todos os partícipes ouvidos para a realização da pesquisa, porém havendo ações isoladas em cada um das partes, sem haver uma política que os interligue no objetivo comum de preservação dos recursos naturais existentes em Getúlio Vargas/RS.

O discurso ambientalmente responsável está presente, mas não se vê ações efetivas. Portanto é necessário sensibilizar e educar os partícipes do processo para que de fato cuide-se do planeta de forma consciente e não somente pra minimizar os impactos causados pela imagem negativa que alguém que não cuida do meio ambiente possa ter.

⁵ Norma da ISO que dá destaque às questões ambientais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Ed. 9. Rio de Janeiro; Editora Lumin Júris, 2006.

ASHLEY, P. A. (Coord.); **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo. Saraiva, 2003.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 – 17 Ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad. 1997. p. 256.

DIAS, Genebaldo Freira. **Educação Ambiental**. Ed. 9. São Paulo: Editora Gaia Ltda., 2004.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A contabilidade como instrumento de gestão ambiental**. Itajaí/SC.

Referências Eletrônicas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Disponível em <
<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: novembro, 2008.